



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 14/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 22 de julho de 2015*

----- Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para proferir, o seguinte discurso: “No passado dia 8 de julho de 2015, na Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim, os Vereadores do PSD, abandonaram a referida reunião, alegando para o facto, razões que se prenderam com uma decisão, por mim tomada, no âmbito do escrupuloso cumprimento do Regimento desta Câmara. O Número 1 do Artigo 4.º refere que “Cabe ao presidente da câmara além de outras funções que lhe estejam atribuídas, convocar, abrir e encerrar as reuniões, organizar a ordem do dia, dirigir os

R

trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações”. Por sua vez, o Número 1 do Artigo 8.º do citado Regimento define que: “Nas reuniões ordinárias haverá um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, podendo o mesmo ser prorrogado por decisão do presidente até ao máximo de 30 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.” De acordo com anteriormente exposto, e que corresponde a um excerto do conteúdo do Regimento, aprovado por esta mesma Câmara, e creio, que do conhecimento de todos os Vereadores, cabe ao Presidente e, somente ao Presidente, decidir sobre a prorrogação do período antes da ordem do dia até ao máximo de 30 minutos. É de evidência irrefutável, a competência que nesta matéria me assiste, e que serviu de base há minha decisão de não prorrogação do período da ordem do dia na passada Reunião de 8 de julho. O respeito pelo Regimento desta Câmara, assim como, pelos demais normativos, em vigor, é a única atitude, democraticamente expectável e aceitável, por parte de todos os eleitos locais, sem exceção, caso contrário, em nada dignificam a sua ação política. A atitude dos Vereadores do PSD, Dalila Barros e José Carlos Pereira, de abandono da Reunião de Câmara, sem fundamento justificável, revela uma enorme falta de respeito para com os princípios e regras do regime democrático, que em nada contribui para a dignificação do poder local, e que demonstra, cumulativamente, e, principalmente, uma grave falta de respeito para com os munícipes que os elegeram”. -----

----- Continuou a sua intervenção solicitando a retirada do ponto **“AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MÉRTOLA – Comparticipação Financeira”**, da ordem de trabalhos, uma vez que a Edilidade rececionou, documento do Agrupamento de Escolas de Mértola, a informar do cancelamento da viagem dos alunos a Genebra. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a retirada do referido ponto, da ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mostrar a sua indignação pelo facto de não ter sido entregue a documentação solicitada, no prazo previsto (10 dias), no âmbito do requerimento apresentado na última reunião de Câmara, pelos vereadores opositores, tendo o presidente informado de seguida que iria

R

ser entregue “ainda hoje” uma resposta, com base numa fundamentação jurídica. O vereador continuou referindo que o presidente nunca cumpriu “até hoje”, o mencionado em Regimento e tem essa obrigação. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar se passados dois meses, o presidente ainda não arranhou disponibilidade para incluir na página de internet, as revistas municipais elaboradas pelo anterior executivo, “ou será esta mais uma estratégia política?”. Continuou proferindo o seguinte discurso: “Unidade Móvel de Saúde – Poderá ler-se na página da internet da Câmara, a partir de hoje, referindo-se ao dia 01/07/2015, a unidade móvel de saúde passa a ter a presença constante, etc., etc., ... Em reunião de câmara de 08/07/2015, uma semana depois, congratulei-me porque a partir de dia 01/07/2015, a unidade móvel de saúde, passaria a ter a presença constante, etc., etc., no entanto, já tinham passados 7 dias. Hoje passados 22 dias continua o mesmo mapa de calendarização (locais e datas), sendo completamente omissos o horário de funcionamento. Sr. Presidente afinal a partir de que dia entrará em funcionamento a unidade móvel de saúde? Continua a não respeitar os alcoutenejos, continua a não respeitar o definido em protocolo, nesta câmara. Solicito que esclareça o porquê desta situação. Na última reunião referiu ainda que o horário de funcionamento teria início às 18.00 H, nos meses de inverno como é que funcionará a Unidade Móvel, faz algum sentido? Desde quando é que as unidades móveis de saúde funcionam à noite, agradeço novo esclarecimento. Penso que não são as pessoas que têm que se adaptar à unidade móvel mas sim a unidade móvel é que tem que se adaptar às pessoas”. Continuou referindo ainda “ A liberdade de expressão e informação é um dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 37.º. A liberdade de expressão integra o direito de exprimir e divulgar livremente o pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem qualquer discriminação, impedimento ou limitação nomeadamente por qualquer tipo de censura. A lei n.º 24/98, de 26 de maio que aprova o estatuto do direito de oposição, referi-la aqui, mais uma vez, tornar-se-ia cansativo e obsoleto. Em 20 anos e com o anterior executivo, nunca tive conhecimento que fossem impedidos quaisquer direitos, formas de expressão

ou de pensamento, e que o tempo fosse a única forma de repressão para tais direitos fundamentais. Hoje é comum as pessoas terem medo de enunciar convicções, relativizando as suas próprias opiniões, impera o politicamente correto. Mas, eu não me movo por estes paradigmas. A primeira memória de censura que existe em Portugal remonta já a 1451. Sr. presidente, já lá foi o tempo em que o lápis azul que representava a censura, que amordaçava a liberdade de expressão, acabou. Em Alcútem não impera o tempo, em Alcútem não impera o silêncio. Alcútem não se limita à sua opinião pessoal. Alcútem não se move por despotismo. Apesar de Alcútem não ser a minha terra de berço, é sim a minha terra de vida, e eu hei-de fazer tudo para que a liberdade de expressão seja um direito inalienável e respeitado por quem tem obrigação de o respeitar. Não façamos de Alcútem uma ditadura de poder”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Uma das vitórias do 25 de abril de 74 foi entre muitos, a conquista da liberdade de expressão. As democracias entendem que uma das suas principais funções é proteger direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão e de religião, o direito de proteção legal igual, e a oportunidade de organizar e participar plenamente na vida política económica e cultural da sociedade. Na passada reunião assistimos a mais um atropelo à democracia, como Senhor Presidente da Câmara a proibir os vereadores do PSD de expor e debater assuntos importantes para concelho, o que levou a que estes abandonassem a reunião. O Senhor Presidente relevou mais uma vez abuso de poder, impondo a sua vontade, sem considerar as leis vigentes. Tem sido prática normal, o Sr. Presidente não dar cumprimento ao regimento da Câmara Municipal e à Lei do Estatuto do Direito à Oposição. Tem sido prática normal, o Sr. Presidente não informar e não respeitar a oposição, recusando-se a responder a questões colocadas, e quando confrontado, recusando-se de uma forma arrogante e prepotente a prosseguir com assuntos e matérias importantes de interesse para o Município. Nunca em 20 anos de gestão PSD, o Presidente da Câmara limitou a ação dos vereadores da oposição, como o senhor já o fez. Nunca em 20 anos de gestão PSD, o Presidente da Câmara se recusou a prestar informação aos vereadores da oposição, como o senhor o fez. Nunca em 20 anos de gestão PSD, o Presidente da Câmara se

R

recusou a dar tempo aos vereadores da oposição para estes exporem assuntos ou matérias de interesse para o Município, como o senhor fez. Tal atitude demonstra, falta de atitude democrática, responsabilidade, respeito e bom senso. Os vereadores do PSD demonstraram desde o dia em que foram eleitos, sentido de responsabilidade e colaboração na defesa dos interesses de Alcouthim. Resta-nos assim denunciar este acumular de factos às entidades competentes” -----

----- O vereador José Galrito interveio para refutar as acusações apresentadas nas anteriores intervenções, e referir que enquanto vereador opositor, “disseram-lhe várias vezes ao longo dos mandatos que a sua opinião” não era relevante para a sua ação política, descrevendo de seguida alguns episódios. Mencionou igualmente que o executivo permanente “está aqui para fazer o seu melhor”, porém, poderá ser alvo de crítica, por parte dos opositores, dado que os mesmos têm o direito de apresentar as suas divergências. Findou sugerindo que fosse estabelecido o tempo limite de cada membro, nas suas intervenções. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que desde o início do mandato que os vereadores do PSD estão disponíveis, para colaborar com o executivo permanente, porém, não admite que “para uns assuntos se cumpra o regimento à risca e outros não”. Ainda frisou que considera, no seguimento da liberdade de expressão conquistada com o 25 de abril, que “temos o direito de nos ouvir uns aos outros”, no entanto, o senhor presidente quando não lhe convém “corta-nos a palavra”, razão pela qual se ausentaram na última reunião. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para solicitar no que concerne ao programa de incentivo à natalidade, listagem atualizada das crianças e respetivos pais, dado que na documentação facultada não se encontra perceptível essa informação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para citar o seguinte Protesto/Recusa de Informação: “ José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcouthim, pelas listas do Partido Social Democrata, veem apresentar protesto junto do V/ Ex<sup>a</sup>. pela recusa de esclarecimentos dos assuntos relacionados com

R

a primeira revisão orçamental e com os assuntos da segunda revisão orçamental. Considerando que, fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos. Considerando que, solicitamos esclarecimentos sobre a 1.ª revisão orçamental apresentada na reunião de câmara do dia 08 de abril de 2015, relativamente à inclusão de 67.000 € na rubrica aquisição de bens de capital – habitações, tendo o senhor presidente recusado prestar tal esclarecimento; Considerando que, solicitamos esclarecimentos sobre a 2.ª revisão orçamental apresentada na reunião de câmara do dia 24 de junho de 2015, relativamente à inclusão de 34.000 € na rubrica serviço de ambiente e urbanos – indemnizações, tendo o senhor presidente recusado prestar tal esclarecimento; Considerando que, mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: - o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; - o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; - o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quais questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido e que tal atitude demonstra uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito, apresentamos o presente protesto”. -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros usou da palavra para solicitar explicações sobre a alteração existente, na ordem de trabalhos apresentada, nomeadamente nas informações diversas e aprovação da Ata, uma vez que na última reunião de Câmara, não se apercebeu que estava nos assuntos da ordem do dia. -----

----- O presidente usou da palavra para solicitar a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. José Pires, para os devidos esclarecimentos. -----

----- O Chefe de Divisão interveio para esclarecer que as reuniões de Câmara contêm dois períodos, designadamente antes da ordem do dia e da ordem do dia, prendendo-se as informações diversas com as atividades

desenvolvidas na Edilidade, sendo a aprovação da Ata um ponto que já consta na ordem do dia, tendo a vereadora usado da palavra para mencionar que a explicação dada, não se prende com a questão que colocou. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para acrescentar que na última reunião de Câmara, foi explicado, que a disposição da ordem de trabalhos prendia-se consoante a orientação do novo chefe de divisão, sendo que na presente reunião, a mesma, já foi alterada novamente. -----

----- O Chefe de Divisão usou da palavra novamente para explicar que os pontos que constam na ordem de trabalhos não têm que seguir uma determinada ordem, no entanto, considera importante a definição dos dois períodos (antes da ordem do dia e ordem do dia), tendo a vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros usado da palavra para referir que continua sem perceber, porém, não insistirá na explicação, solicitando de seguida informação do sr. presidente, quando iniciar a ordem do dia. -----

----- O presidente interveio para explicar as questões colocadas, no que concerne à Unidade Móvel de Saúde (UMS), nomeadamente que a mesma “arrancou” com a nova equipa de profissionais, no dia 1 de julho, conforme publicação nos meios de comunicação da Edilidade, porém, no dia 2 de julho foi informado, por esses mesmos profissionais de saúde (Cruz Vermelha), que faltava um documento, e como tal considerou prudente não avançar com a equipa designada, tendo sido solicitado a retirada dessa informação da página e facebook. Deu nota ainda que o horário da UMS será adaptado às “necessidades das pessoas mas também à capacidade de respostas dos profissionais, no sentido de prestarmos um bom serviço”. Quanto às declarações/protestos apresentados frisou que” são o expoente máximo, do que é a liberdade de expressão”, bem como mencionar que existe um período para discutir assuntos importantes para o concelho, contudo, deve imperar o respeito mútuo, exemplificando de seguida o ocorrido na última reunião de Câmara, quando o vereador “exigiu arrogantemente” a prorrogação do período (antes da ordem do dia) por mais 30 minutos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para “convidar” o sr. presidente “ a ler a lei”, de modo a verificar “o que podem ou não, apresentar os vereadores opositores”. No que concerne ao respeito mútuo referiu que o

mesmo deve imperar sobre os membros, contudo, discorda que tivesse exigido a prorrogação dos 30 minutos, na última reunião de Câmara, tendo lido de seguida o conteúdo da Ata, de modo a esclarecer o assunto. Findou referindo que não aceita situações desta natureza, e que mais uma vez o presidente não cumpriu o regimento, no que se refere à entrega dos documentos no prazo previsto (10) dias, “tendo arranjado agora um documento que ainda irá fazer e será entregue hoje”, e como tal é da opinião que o presidente deve ter cuidado com as afirmações que profere. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para alertar o presidente no seguimento da sua intervenção sobre a UMS, no que se refere à falta de documento, no dia 2 de julho que se realizou uma reunião ordinária, no dia 08 de julho em que não houve qualquer comunicação sobre esse facto, e nesse sentido considera que a situação é preocupante e que em dois anos de funcionamento da UMS não foi prestado um bom serviço. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º137) respeitante ao dia 21 de julho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.552.291,62; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.214.174,18; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 330.705,29 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 13/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 08 de julho de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup> Dalila Barros, aprovar a referida Ata. -----



R

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR DE MARTIM LONGO-ERROS E OMISSÕES -**

**Minuta do Contrato:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à respetiva aprovação da minuta de contrato, referente aos erros e omissões da Empreitada de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lar em Martim Longo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROJETO DE LOTEAMENTO NA ALDEIA DE MARTIM LONGO JUNTO À 2.ª FASE DA AVENIDA DE ACESSO À EBI:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável à proposta da operação de loteamento, bem como proceder à abertura de um período de discussão pública, prévio à aprovação da operação de loteamento. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **MÁRIO PARREIRA BAPTISTA – PROJETO DE ALTERAÇÕES 03/2015:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que seja aprovado o projeto de arquitetura, condicionado, nos termos da informação técnica, bem como

notifique o requerente da decisão da Câmara, devendo dar cumprimento ao condicionalismo imposto pela Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCA). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROCEDIMENTO CONCURSAL – CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DE CULTURA E DESPORTO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a abertura de procedimento concursal, com vista ao provimento de um lugar para ocupação do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, bem como submeter à Assembleia Municipal, a aprovação da composição do seguinte júri de recrutamento: Presidente António Higinio Tomás Machado (professor Coordenador da Universidade do Algarve); 1.º vogal efetivo Henrique Siu Fang Hou (Chefe de Divisão); 2.º vogal efetivo Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro (Chefe de Divisão); 1.º vogal suplente João Francisco Catarino dos Santos Eleutério (Chefe de Divisão); 2.º vogal suplente Carlos Manuel Afonso Pereira (Chefe de Divisão). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DO CONCELHO DE ALCOUTIM – ANO LETIVO DE 2015/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se

anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a abertura de concurso público para candidatura às bolsas de estudo para o ensino superior referente ao ano letivo de 2015/2016, bem como que seja fixado o número máximo de bolsas em 35, no valor de € 100,00 (cem euros) por mês, durante dez meses, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do referido Regulamento Municipal, e que seja constituída a Comissão de Análise das Candidaturas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do regulamento, pelos seguintes elementos: Josélia Teixeira Vicente Rodrigues Palma (Técnica do Município); Maria Alexandra Marques Cavaco (Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência); António da Costa Amorim (Diretor do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim); Um eleito de cada partido com representação na Câmara Municipal a nomear por cada bancada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, tendo sido nomeados os srs. vereadores José D'Assunção Pereira Galrito (PS) e Drª. Dalila Manuela da Costa Barros (PSD). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente propôs ao executivo a não realização das reuniões no mês de Agosto, devido ao período de férias, salvo se razão urgente se justificar. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** O sr. João Godinho, residente no Lar e Centro de Dia, em Alcoutim usou da palavra para mostrar a sua indignação pelo facto de lhe serem facultadas apenas consultas, ao sábado, no Centro de Saúde de Alcoutim e por não receber nessa entidade os resultados dos exames efetuados, e nesse sentido solicita a intervenção do presidente, para a resolução do problema, dado que possui uma doença crónica. Alertou de seguida para o horário de partida/chegada, do transporte da saúde a Faro. ----

----- O sr. José Rocheta, residente em Giões interveio igualmente para endereçar uma palavra de apreço ao novo Chefe de Divisão, Dr. José Pires, bem como alertar para o facto do conteúdo de algumas Atas, que constam no site da Edilidade, possuírem falhas. De seguida solicitou a colocação de baias luminosas na estrada/curva, junto à localidade de Diogo Dias. -----

----- O presidente interveio para agradecer as intervenções realizadas, e informar que os problemas apresentados encontram-se identificados, dando o devido provimento na sua resolução. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

